

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - CTC**

**17.05.2023**

\* \* \*

- Abre a reunião o Sr. Ricardo Madalena.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Boa tarde a todos. Vamos dar início à 20ª reunião nossa, da Comissão de Transportes e Comunicação. Quero registrar aqui, com muito prazer, a presença dos deputados Dani Alonso, deputado Donato, deputado Enio Tatto, deputado Milton Leite Filho, deputado Oseias de Madureira, deputado Valdomiro Lopes, deputado Atila Jacomussi e este que vos fala, Ricardo Madalena. Deputada Dani Alonso, seja bem-vinda a esta comissão.

**A SRA. DANI ALONSO - PL** - Obrigada, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Como membro substitutivo aqui, está substituindo o nosso querido Rodrigo Moraes. Solicito à secretaria a leitura da Ata...

**O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB** - Pela ordem, presidente, gostaria de solicitar a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Projeto de lei para deliberação da pauta de hoje. Nós temos a apreciação da pauta, o Item 1, o Item 2: proceder à arguição da Sra. Regina Costa Rillo, dando sequência então.

Vamos lá na pauta, Item 1. Projeto de lei nº 486/2019. Autor: deputado Rafa Zimbaldi. Institui o programa Bilhete de Ônibus Metropolitano para Todos de integração do transporte público municipal com o transporte intermunicipal. Relator: deputado Paulo Mansur, voto favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o voto do relator.

Item 2. Projeto de lei nº 1.128/2019. Deputado: Agente Federal Danilo Balas. Torna obrigatório o passe livre nas praças de pedágio para os veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, de polícia, de fiscalização e operação de trânsito da Secretaria da Administração Penitenciária e ambulâncias no estado. Relator: deputado Paulo Mansur, voto favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o voto do relator.

Item 3. Projeto de lei nº 276/2021. Autor: deputado Mauro Bragato. Regulamenta o uso de veículos de apoio a ciclistas nas rodovias do estado. Relator: deputado Léo Oliveira, voto favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o voto do relator.

Item 4. Projeto de lei nº 421/2021. Autores: deputado Major Mecca, deputada Tenente Carmelidia e deputada Monica Seixas. Isenta policiais militares, civis, penais, técnico-científicos e agentes socioeducativos da cobrança de pedágio nas rodovias do estado. Relator: deputado Paulo Mansur, voto favorável ao projeto e às emendas de número um, dois e três.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o voto do relator.

Item 5. Projeto de lei nº 549/2022. Autor: deputado Castello Branco. Institui a Semana Estadual de Conscientização e Prevenção de Acidentes ao Ciclista. Relator: deputado Valdomiro Lopes, voto favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o voto do relator.

Item 6. Projeto de lei nº 625/2021. Autor: deputado Barros Munhoz. Denomina “Nelson Teresani” o retorno em nível localizado no km 161 e 260m da rodovia Professor

Zeferino Vaz, SP-332, Engenheiro Coelho. Relator: deputado Paulo Mansur, voto favorável conclusivamente na forma do substitutivo apresentado pela CCJR.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo e prejudicada a proposição como originalmente apresentada.

Item 7. Projeto de lei nº 812/2021. Autor: deputado Frederico d'Avila. Denomina “Rui d’Avila” a passarela para pedestres na PAS-224/258, localizada no km 224 mais 710m da rodovia Francisco Alves Negrão, SP-258, no município de Capão Bonito. Relator: deputado Paulo Mansur, voto favorável conclusivamente.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo e prejudicada a proposição como originalmente apresentada.

Item 8. Projeto de lei nº 4/2022. Autor: deputada Maria Lúcia Amary. Denomina “Dr. Gilson Luchesi Delgado” a passarela situada no km 106 da rodovia Raposo Tavares, SP-270, em Sorocaba. Relator: deputado Valdomiro Lopes, favorável conclusivamente na forma do substitutivo apresentado pela CCJR.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo e prejudicada a proposição como originalmente apresentada.

Item 9. Projeto de lei nº 288/2022. Autor: deputado Fernando Cury. Denomina “Bárbara Domingues Dante Durão” o trevo localizado no km 198 mais 800m da rodovia João Melão, SP-255, em São Manoel. Relator: deputado Valdomiro Lopes, voto favorável conclusivamente.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo e prejudicada a proposição como originalmente apresentada.

Quero anunciar aqui a presença do deputado, líder do Governo na Assembleia de São Paulo, Xerife do Consumidor, Jorge Wilson. Eu só chamo de Xerife.

Vamos lá, Item 10. Projeto de lei nº 618/2022. Autor: Itamar Borges. Denomina “Paulo Antonio Coelho” o dispositivo de acesso e retorno situado no km 455 da rodovia

SP-334, em Pedregulhos. Relator: deputado Léo Oliveira, voto favorável conclusivamente na forma do substitutivo apresentado pela CCJR.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo e prejudicada a proposição como originalmente apresentada.

Item 11. Projeto de lei nº 622/2022. Autor: deputado Thiago Auricchio. Denomina “Padre Vítor Coelho” o dispositivo com o viaduto localizado no km 65 da rodovia Dom Pedro I, SP-065, em Bom Jesus dos Perdões. Relator: deputado Valdomiro Lopes, favorável conclusivamente na forma do substitutivo apresentado pela CCJR.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do relator, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo e prejudicada a proposição como originalmente apresentada.

Item 12 para deliberação. Requerimento nº 823/2023 de autoria do deputado Enio Tatto, na qual convida o senhor superintendente do DER - Departamento de Estrada e Rodagem do estado de São Paulo - para prestar informações de interesse da Comissão de Transportes e Comunicações.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação do requerimento, Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 13. Eu passo ao nosso vice-presidente da comissão, Milton Leite Filho.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Milton Leite Filho.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - MILTON LEITE FILHO - UNIÃO** - Item 13. Requerimento nº 827/2023, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Convite ao diretor-geral da Artesp, Agência de Transportes do estado de São Paulo, Sr. Milton Roberto Persoli, com objetivo de apresentar à Comissão de Transporte e Comunicações

o motivo pela demora em autorizar a municipalização do trecho da rodovia Plácido Lorenzetti, SP-007/327, com construção de acesso ao distrito industrial.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Devolvo para o presidente.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Ricardo Madalena.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Obrigado, deputado Milton Leite Filho. Item 14...

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Sr. Presidente, tira uma dúvida para mim sobre esse Item 14.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Pois não.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Nada contra o convite, contra o pedido de informação, apenas questionar a competência nossa, da Comissão de Transporte aqui de São Paulo, sobre aprovar um pedido de informação da querida deputada de um órgão do governo federal.

Eu queria, talvez, se a assessoria pudesse nos orientar, se cabe isso à gente. Porque eu imagino que cabe a gente pedir informações para alguma coisa no estado de São Paulo, e não do governo federal. Pedido de informação, eu posso fazer individualmente, através do meu gabinete, ou até mesmo um deputado federal, lá em Brasília, do meu partido, pedir esse tipo de informação.

Agora, talvez mudar, porque senão a gente abre um precedente e a gente começa a ter um pacote desse tipo de pedido de informações, sendo que isso não cabe a nós. O gabinete pode pedir diretamente, mas agora a gente aprovar, para quê? Não é competência da gente. Nada contra... Pode pedir direto, não é?

**A SRA. DANI ALONSO - PL** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Pela ordem, deputada Dani Alonso.

**A SRA. DANI ALONSO - PL** - Bom, na verdade, esse requerimento é um pedido de uma força, um apoio aqui da Comissão, porque nós sabemos que esse é um desejo muito grande do nosso oeste paulista.

Essa malha ferroviária corta os estados de Mato Grosso e o estado de São Paulo, nós sabemos que é uma competência do governo federal, mas isso já vem sendo uma luta de muito tempo, de muitos anos, a reativação dessa malha, e isso vai impactar diretamente na cidade Bauru, que hoje é o centro do oeste paulista.

Esse pedido é uma força em conjunto dos nossos colegas, para que vocês nos ajudem com essas informações, porque todas as vezes que a gente precisa... E foi feita já uma audiência pública sobre esse tema.

Nós precisamos de um apoio, então eu vim a essa comissão. Eu sei que é competência do governo federal, mas se os colegas tiverem essa cordialidade em conjunto, a gente puder ter essa força a mais para esse tema... Por isso que fizemos pedido desse requerimento, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, nós vamos levar em consideração, deputada Dani Alonso, mas, a título de informação, nunca foi negado. Eu, que questionei muito a ANTT ano passado como deputado estadual, sempre obtive resposta. Acredito que nós vamos tê-la, mas também podemos fazer, sim, com a anuência de todos os pares aqui neste momento, que eu vou pôr em votação, de nós procedermos este requerimento.

A questão de ordem levantada pelo deputado Enio Tatto também se faz jus, e ela acabou explicando a necessidade de ela ter feito o pedido a esta comissão. Mas daqui para frente, aquilo que você tiver necessidade, eu acho que você não vai encontrar nenhum

obstáculo para poder a ANTT lhe responder sempre que solicitado, eu tenho convicção de todos os pares aqui.

Nós vamos estar à disposição para fazer da melhor forma possível para responder ao nosso povo, porque nós sabemos da importância da malha oeste para o nosso estado de São Paulo, que liga o Mato Grosso ao estado de São Paulo, passando por, se não me falha a memória, mais de 60 municípios, e praticamente foi abandonado esse trecho pela concessão que tinha a detenção dela - a detentora é a Rumo -, que praticamente está devolvendo esse trecho, e isso, sem dúvida nenhuma, terá que ser analisado, porque é um importante corredor para o Mercosul do nosso país. Então vamos lá, vamos colocar em apreciação...

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Pela ordem, presidente.

**O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Pela ordem.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Concordo, acho que não tem problema nenhum, até a comissão aqui está aprovando tudo, não tem problema nenhum...

**O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO** - Desculpe interromper, deputado Enio, mas acho que podia ser feita uma moção, presidente, porque aí não teria problema nenhum, se ela concordar, a gente submeteria uma moção, aí seria pertinente a essa comissão. Se a gente passar isso aqui hoje a gente vai requerer um ministro, aí fica difícil.

**O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB** - Apoio total o nosso querido Milton Leite Filho, aí acho que vai atender a deputada.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Alguma objeção, deputada Dani Alonso, a nós transformarmos em uma moção? Seria de praxe, né, é o que é feito sempre por esta comissão, e você automaticamente iria argui-los com relação à sua demanda e, se não obtiver resposta, aí sim a gente usa pelos meios da Comissão de Transportes e Comunicação.

**A SRA. DANI ALONSO - PL** - Está ótimo, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Pode ser?

**A SRA. DANI ALONSO - PL** - Pode ser, vamos fazer dessa forma.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Está joia, então. Vamos lá, Requerimento da deputada Dani Alonso...

**O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB** - Na forma de moção.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - É, na forma de moção, para que, em plenária dessa comissão, sejam solicitadas, na forma de moção, o Sr. Ministro de Infraestrutura sobre os trabalhos conduzidos no âmbito da AANTT, Agência Nacional de Transporte Terrestre, referente ao processo de relicitação da malha oeste do estado de São Paulo, que corta o estado de São Paulo com Mato Grosso do Sul.

Vamos lá. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Acabou.

**O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Quero anunciar aqui a presença do nosso grande parlamentar, Emídio, ex-prefeito de Osasco e deputado atuante.

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT** - Desculpe o atraso, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Pela ordem, Xerife do Consumidor, líder do Governo aqui nesta Assembleia.

**O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS** - Quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar os nobres pares desta comissão e pedir

licença, pois está acontecendo o Congresso de Comissões, eu tenho que estar lá e terei que me ausentar neste momento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, espero que o pessoal aguente a mão mais um pouquinho, para não cair o quórum, porque nós temos ainda o Item 2 da pauta, que nós vamos dar sequência neste momento aqui.

Bom, vamos lá. Proceder à arguição da Sra. Regina Costa Rillo, indicada ao cargo de Diretora de Assuntos Institucionais, para integrar o conselho diretor da Artesp, nos temas do Art. 1 da Lei Complementar nº 918, de 11 de abril de 2002, alterado pelo Art. 1 da Lei Complementar nº 1.175, de 2 de maio de 2012.

Então nós vamos agora fazer o convite para que ela se assente aqui na frente junto conosco, para que ela explique um pouquinho os trabalhos que ela pretende executar junto à diretoria da Artesp, e depois nós vamos franquear, aqui, para inscrições para a arguição.

Nós vamos dar início, agora, então, ouvindo a Dra. Regina Costa Rillo, que está sendo arguida para ocupar a Diretoria de Assuntos Institucionais da Artesp. A Dra. Regina tem, regimentalmente, até 20 minutos para expor um pouquinho do que será seu trabalho, seu currículo, aqui para esta Casa, esta comissão.

**A SRA. DANI ALONSO - PL** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Pela ordem, deputada Dani Alonso.

**A SRA. DANI ALONSO - PL** - Peço licença porque eu vou estar agora presente no Congresso de Comissões. Muito obrigada, viu? Bem-vinda, Regina.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Seja bem-vinda aqui, Dani, obrigado pela sua participação e bom congresso. Vamos lá então, com a palavra...

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Qual é o quórum dessa comissão, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Sete deputados, está no limite aqui. Não saia nem para ir ao banheiro, por favor. Brincadeiras à parte, com a palavra, aqui, a Dra. Regina Costa Rillo.

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Obrigada, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Fique à vontade.

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Boa tarde a todos, queria cumprimentar os Srs. Deputados, dizer que é uma honra, uma satisfação estar aqui nessa Casa, perante esta comissão, como indicada para assumir a Diretoria de Assuntos Institucionais da Artesp.

Vou fazer só uma breve apresentação da minha formação, da minha atuação profissional, no que eu acho que são as questões mais relevantes para essa arguição, e depois fico à disposição dos Drs. Deputados para os questionamentos.

Eu sou advogada, sou formada pela PUC de São Paulo e tenho, também pela PUC de São Paulo, uma especialização em Direito Administrativo, que é justamente a área do Direito que trata da relação com o Estado. Então abrange as questões de serviço público, de concessões e PPPs.

Tenho também um MBA pela Fundação Getúlio Vargas, que, embora não seja uma pós na área jurídica propriamente, eu entendo que veio a complementar muito bem a minha formação, pensando em atuação em infraestrutura, porque foi no âmbito desse MBA que eu tive oportunidade de estudar conceitos de Finanças. Então TIR, fluxo de caixa, “lock”, que são conceitos muito relevantes para quem atua em discussões de reequilíbrio econômico-financeiro e mesmo de modelagens de projetos.

No âmbito desse MBA, eu tive a oportunidade de fazer um intercâmbio. Então estudei por um semestre em Fuqua, que é a faculdade de administração da Duke University, na Carolina do Norte, e aprofundei então os conhecimentos nessas matérias.

Além dessas duas pós, eu acho relevante citar que eu tenho outros cursos e certificações mais específicas para quem atua em projetos de infraestrutura. Então eu tenho, por exemplo, curso de modelos regulatórios pela Fundação Getúlio Vargas, que é uma matéria que integra o mestrado profissional da Faculdade de Direito, e tenho também uma certificação internacional, CP3P, que é promovida pelo BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, junto com outras instituições internacionais, que visa a qualificar quem atua com concessões e PPPs prioritariamente.

Feita essa breve apresentação com relação à minha formação, no tocante à atuação profissional, acho que eu queria ressaltar que eu tenho mais de dez anos de experiência com infraestrutura. De um modo bem simples, bem sintético, eu queria dizer que nos

primeiros cinco, pouco mais de cinco anos, tive uma atuação muito forte em concessões de rodovias federais, principalmente. Atuei bastante em pleitos de reequilíbrio, participei da estruturação de revisões quinquenais, atuei em processos sancionatórios e tive também outras demandas em outros setores envolvendo casos complexos também de intervenção em caducidade.

Já a partir do segundo semestre de 2017, eu optei por ir para um escritório que atua em um nicho bastante específico, que é o nicho de estruturação de projetos. Então nos últimos pouco mais de cinco anos, a minha atuação foi essencialmente voltada a assessorar o Poder Público na modelagem jurídica e regulatória de projetos.

Eu tive a oportunidade então, nesse período, de atuar com diversos setores, por exemplo saneamento, gás canalizado, iluminação pública. Tive contato com diversos tipos de regulação, contratual, normativa, tarifas por preço, tarifa por custo, foi bastante variado, acho que agregou bastante à minha experiência com relação a concessões e PPPs de um modo geral.

Acho que, de forma sintética, era isso que eu queria trazer aos Srs. Deputados, dizer que eu tive, portanto, ao longo da minha trajetória, tanto experiência na iniciativa privada quanto no Poder Público, e venho então colocar a minha qualificação, a minha experiência à disposição da agência visando a contribuir com um trabalho eficiente, de qualidade, considerando o interesse público e as necessidades dos usuários. Agradeço novamente e fico à disposição para os questionamentos.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, depois dessa breve explanação, nós vamos abrir aqui, franquear a palavra aos Srs. Deputados. O primeiro inscrito aqui é o deputado Valdomiro Lopes. Com a palavra, deputado Valdomiro Lopes.

**O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB** - Bom, Dra. Regina, seja bem-vinda à nossa comissão. Eu queria que a senhora nos dissesse, chegando à Artesp e assumindo essa diretoria importante de Assuntos Institucionais que, na verdade, mexe com relevância em todos esses processos que V. Sa. mencionou aqui. Quais são as primeiras ações e atitudes que a senhora vai tomar assumindo esse posto?

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Agradeço a pergunta, deputado Valdomiro. Tenho algumas propostas em mente, tendo a oportunidade, com aval dos senhores, de ocupar a diretoria. A primeira delas seria adotar medidas com relação à reposição de mão-

de-obra. O que me consta não é uma questão exclusiva da DAI, Diretoria de Assuntos Institucionais, mas é pertinente a toda Artesp: hoje existem cargos que estão vagos.

As pessoas saíram, os cargos estão em aberto, então isso gera uma sobrecarga na equipe técnica que atua hoje. Então uma primeira medida que eu adotaria seria, junto aos demais diretores, e, se necessário, também junto à secretaria, visando à realização de um concurso público para reposição de mão-de-obra, recompor os quadros da Artesp.

Uma segunda medida que eu tenho em vista é buscar instrumentos que incentivem uma qualificação constante do pessoal técnico que atua. Trago aqui como um exemplo que eu soube que houve, em um passado recente, a ideia de constituir uma escola interna na Artesp, que seria uma escola voltada à realização de palestras, inclusive convidando profissionais de temas específicos, para manter uma atualidade nas discussões, manter uma constante qualificação da equipe. Acho que é um ponto interessante para tentar dar andamento a essa ideia.

Uma próxima proposta que eu tenho seria buscar - claro que dentro das funções institucionais da DAI - uma aproximação com agentes que atuem em questões relacionadas ao exercício da função da diretoria, e aqui eu posso dizer especificamente a essa comissão, na medida em que a DAI tem, dentre suas competências, a competência para analisar projetos de lei, por exemplo, e normativas em geral pertinentes aos serviços regulados. Então acho importante manter um diálogo aberto, transparente, contínuo com esta comissão e outros agentes envolvidos nessas funções.

Por último, eu acho que seria importante analisar, internamente, as formas com que a DAI pode contribuir para dar andamento a alguns grandes temas que hoje estão dentro da agência, e eu trago, por exemplo, a questão das revisões ordinárias das novas concessões. São revisões quadrienais, pelos termos do contrato, e que - claro que dependem de um aprofundamento técnico, são questões relevantes que precisam de um bom estudo técnico - é preciso dar um encaminhamento, uma decisão definitiva por parte da agência. Então analisar como a DAI pode contribuir para ter um posicionamento definitivo pela agência nessas questões importantes.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Mais alguma colocação, deputado Valdomiro? Agradeço a sua participação. Com a palavra, deputado Donato.

**O SR. DONATO - PT** - Obrigado, presidente. Bom dia, Dra. Regina, bem-vinda. Apesar de a senhora ter dito que tinha uma experiência no setor público, talvez tenha me

fugido, no seu currículo que eu tenho aqui, a senhora só atuou, salvo um estágio no MP, em grandes escritórios que atuam na relação das concessionárias com o Poder Público.

Vamos lá, Siqueira Castro Advogados, a senhora atuou de 2011 a 2013, e entre as questões, elaboração de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro em contratos de concessão rodoviária.

Depois, no Queiroz Maluf Advogados, também reequilíbrio econômico-financeiro em contratos de concessão, incluindo reestruturação de revisão quinquenal de contratos de rodovia, a senhora atuou também de 2013 a 2015. Depois a senhora atuou como advogada na área de Direito Administrativo.

E depois, até recentemente, de outubro de 2017 até fevereiro de 2023, no Vernalha Pereira Advogados, que tem, entre suas atuações, assessoria jurídica a concessionárias de serviço público e ao setor de construção, incluindo elaboração de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro e de relicitação de contratos de concessão.

A lei que cria a Artesp estabelece no seu Art. 2, Inciso III, imparcialidade evidenciada pela independência de influências de setores públicos ou privados que possam macular a credibilidade dos procedimentos decisórios inerentes ao exercício das funções regulatórias.

A diretoria que a senhora vai assumir, caso seja aprovada, é a Diretoria de Assuntos Institucionais, que promoverá gestão dos contratos de concessões, permissões e autorizações em seus aspectos jurídicos, bem como o controle do patrimônio imobiliário sob a responsabilidade da Artesp.

Um dos itens é analisar as solicitações referentes ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e das permissões no âmbito de sua competência. Eu me obrigo a fazer essa pergunta, em função do seu currículo e do nosso papel aqui, quais concessionárias a senhora assessorou nesses escritórios? Alguma delas tem contrato supervisionado pela Artesp?

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Pois não, deputado, eu agradeço a pergunta, entendo a preocupação e inclusive agradeço a oportunidade de esclarecer a questão.

Então, só para deixar de forma bem transparente, eu, de fato, não atuei dentro do Poder Público. A minha atuação, desde 2017 no escritório Vernalha Pereira, foi como consultora assessorando a estruturação de projetos.

É muito comum, por exemplo, contratarem o BNDES, o BNDES contratar consultores que fazem a modelagem jurídica e apresentam ao Poder Público para a

validação. Então é nesse sentido que eu quis dizer que venho atuando assessorando o Poder Público, é na estruturação e na modelagem jurídica dos projetos, não dentro propriamente do Poder Público. Na verdade, meus últimos cinco e mais anos têm sido essencialmente nisso.

Cheguei a atuar em algumas demandas de transporte mas nunca em concessionárias que sejam sujeitas à regulação da Artesp. Atuei em âmbito federal, houve uma demanda em setor aeroportuário, ferroviário federal, mas nunca atuei, mesmo nos anos anteriores, em demandas envolvendo concessionárias que estejam sujeitas à regulação da Artesp, mesmo nos anos iniciais de atuação, quando eu tive uma atuação mais forte no setor rodoviário, foi sempre em âmbito federal.

**O SR. DONATO - PT** - Mesmo essas concessionárias federais, porque a senhora pode ter atuado em âmbito federal, mas a CCR, para dar um exemplo, pode ter contratos ferais e estaduais, nenhuma delas tem contratos no Estado?

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Deputado, por ocasião, por exemplo dos anos iniciais de trabalho, eu atuei para o antigo grupo HL, por exemplo, que tinha concessões federais e que hoje, enfim, foi assumido já há muitos anos pela (Inaudível.), nunca atuei, por exemplo, para a (Inaudível.).

Então, nesse sentido, é só reforçar que nunca atuei e não tenho nenhum tipo de proximidade com concessionárias que estejam sujeitas à regulação da Artesp, de modo que não há nada que possa prejudicar a impessoalidade que a lei exige na atuação da agência.

**O SR. DONATO - PT** - Por último, a senhora está sendo indicada para a Artesp sem ter nenhum passado no Poder Público. Como é que a senhora chegou a essa indicação, como as pessoas a conheceram e a indicaram? No caso, o secretário Rafael Benini, que acho que é quem faz a indicação.

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Isso. Eu não conhecia o secretario Rafael Benini, soube que meu currículo chegou para a avaliação do secretário, que imagino que tenha avaliado também outros profissionais, e aí houve uma decisão de governo então pela minha indicação

**O SR. DONATO - PT** - A senhora não sabe como chegou o currículo da senhora até ele?

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Eu acredito que possa ter vindo, talvez... O secretário executivo, eu conheço, o André Isper, mas não sei dizer ao certo se foi ele que levou meu currículo, mas de alguma forma meu currículo chegou ao secretário, que o avaliou e eu tive então o convite feito para...

**O SR. DONATO - PT** - A senhora chegou a ter uma entrevista com o secretário?

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Sim, apresentei-me ao secretário por ocasião do convite que foi feito.

**O SR. DONATO - PT** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Com a palavra, deputado Donato. Depois, por ordem de inscrição, deputado Enio Tatto.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Emídio.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Perdão, deputado Donato acabou de falar, de questionar, fazer a arguição. Com a palavra, deputado Emídio de Souza e em seguida o deputado Enio Tatto, perdão.

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT** - Sr. Presidente, eu toparia a troca com o Enio Tatto, também, ia ficar mais fácil minha vida. Queria cumprimentar V. Exa. pela Presidência dos trabalhos, cumprimentar a Dra. Regina e os colegas aqui presentes.

Eu queria abordar três questões. Uma, como a senhora vê o processo do leilão do trecho norte do Rodoanel, que acabou sendo vencido por uma mistura de um fundo de investimentos sem qualquer tradição na área de concessão rodoviária? Quer dizer, não há.

Em que processo está isso, quem está por trás disso e como a senhora vê o fato de uma não-construtora, não-empresa de obras, de gerenciamento ou de engenharia ganhar uma concessão como essa, da importância dessa?

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Pois não, deputado.

Eu não conheço a fundo os documentos da licitação, mas o que eu posso dizer é que um aspecto bastante relevante, para fins de quem vence esse tipo de licitação, é de fato ter recursos para fazer frente aos investimentos, são investimentos altos que demandam uma boa estrutura financeira.

Eu acredito que, atendendo aos requisitos de qualificação do edital, se foi avaliado que esteja apto, então não haveria problema em não ser uma construtora assumindo a concessão. Até porque haverá depois a estruturação de uma SPE, e essa SPE é que vai assumir as funções, e ela pode colocar um corpo técnico para fazer frente às questões construtivas de obras. Então, atendendo aos requisitos de qualificação que estão no edital, está aderente ao que se entendeu necessário para fazer frente aos investimentos e às obrigações contratuais.

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT** - Ok, uma outra pergunta é sobre o sistema “free flow”, quer dizer, como a Artesp vai regular a implantação desse sistema nas estradas paulistas, principalmente com a possibilidade de tarifação por quilômetro rodado nas rodovias e não pelas entradas, quer dizer, as pessoas pagarem conforme o tanto que andam em cada rodovia?

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Deputado, com relação à questão, eu posso talvez responder pelos aspectos jurídicos, acho que as questões mais técnicas ficam a cargo das demais diretorias.

O sistema “free flow” é uma tecnologia nova, que está sendo incentivada pelo atual governo, e ela inclusive já é prevista nas concessões mais recentes, o próprio Rodoanel, citado aqui, já prevê a implantação desse sistema. Um sistema que visa à justiça tarifária, então, de fato, que o usuário pague pelo que é usufruído do sistema, pelo quilômetro rodado.

E, com relação às concessões que eventualmente não tenham essa previsão sobre o aspecto jurídico. é preciso avaliar, por exemplo, a formalização de um termo aditivo, um TAM com a inclusão disso, e aí, claro, avaliar então as questões de equilíbrio econômico-financeiro por conta da inclusão de uma obrigação que eventualmente não seja prevista.

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT** - Tenho uma última questão, presidente, que diz respeito à própria natureza da Artesp. A Artesp está concebida para fiscalizar os

transportes terrestres, não é isso? Mas apenas os rodoviários, não os ferroviários ou metroferroviários?

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Na verdade, pela lei da Artesp, ela regula e fiscaliza todas as modalidades de transporte que tenham sido concedidas, permitidas ou autorizadas no estado de São Paulo.

Inclusive, eu vi uma alteração recente na lei, porque havia uma exceção com relação às questões que estavam sujeitas à regulação da secretaria metropolitana, salvo engano, não tenho exatamente os termos aqui e isso foi revogado. Então na verdade a previsão da lei da Artesp hoje é ampla no sentido de regular e fiscalizar todas as modalidades de transportes concedidas, permitidas ou autorizadas a entidades de direito privado.

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT** - Ok, então isso significa que está sobre o comando da Artesp o controle sobre as ferrovias paulistas da CPTM que foram recentemente concessionadas?

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Embora haja essa previsão na lei, ao que me parece seria necessário algum tipo de regulamentação, um decreto, alguma normativa infralegal para, de fato, transferir competências metroferroviárias para a Artesp, mas pelos termos da lei como está hoje redigida, isso estaria abarcado na competência da Artesp. Há esse trâmite, no entanto, de repassar os contratos concedidos metroferroviários para a competência da agência.

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT** - Presidente, para encerrar, uma provocação a esta própria comissão.

Hoje nós temos problemas nas rodovias, mas estamos com muitos problemas nas ferrovias concessionadas, especialmente aqui na Capital, Grande São Paulo, as linhas 8 e 9. Descarrilhamento, acidentes, passageiros que têm que descer entre uma estação e outra, especialmente na região que eu represento, a região de Osasco. E eu penso, presidente, que se isso não está regulamentado como atribuição da Artesp, deveria estar. Talvez seja uma provocação que essa comissão devesse fazer.

Não é possível ter um serviço concessionado, uma concessão de 30 anos como essa, outras que virão, metroviárias também, e você não ter uma agência reguladora

cuidando especificamente disso. Se constatado isso, eu peço que V. Exa... Claro que acompanhado por essa comissão, aprovado por essa comissão, a gente faça a solicitação de que a Artesp passe regularmente a fazer esse trabalho de fiscalização das ferrovias concedidas.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Obrigado, deputado Emídio. No passado, falou-se muito aqui em criar uma agência exclusiva para atender esta demanda, que sem dúvida nenhuma nós temos um hiato, um vácuo que não atende. Quantos acidentes, como o senhor acabou de fazer referência, há dois, três meses aí nós tivemos na CPTM, metrô, enfim? Se a Artesp não estiver fazendo o papel de regulação e fiscalização, que, óbvio, não está nesse sentido, que se crie uma nova agência.

Isso foi uma discussão no passado, se não me falha a memória, quando o deputado Rodrigo Garcia, na época deputado estadual, era o autor deste pedido de agência, mas não tramitou na Casa, lembro vagamente desse processo. Nós vamos, então, retomar isso, uma ótima colocação, porque está à mercê de quem? A verdade é essa, está à mercê de quem?

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT** - Só dialogando com Vossa Excelência.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Pois não.

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT** - Evidente que as concessões de rodovias no estado são antigas, já remontam há 25 anos.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Sim, sim. 96.

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT** - As concessões de ferrovias não, elas são muito mais recentes, quer dizer, as de metrô já vêm há um bom tempo, mas as das linhas metropolitanas da CPTM são do ano passado, me parece, faz um ano no máximo, então talvez não tenha previsto ainda por conta do tempo curto.

Eu acho que ou se cria uma agência para fiscalizar transportes ferroviários e metroviários...

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Que envolve muitos passageiros, a população.

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT** - Milhões de pessoas por dia, inclusive para ver quem fiscaliza o cumprimento exato desse contrato, ou então, se resolver por não criar, que a Artesp assuma essa função, já que ela é a agência reguladora dos transportes terrestres.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Nem se for precariamente, neste momento, devido ao que nós estamos vivenciando. Muito boa a vossa colocação, deputado.

Dando sequência aqui, vamos ouvir agora o deputado Enio Tatto.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Obrigado, Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar a Dra. Regina Costa Rillo e a todos os pares aqui, mas, deputado Emídio, agora: “Falha afeta operação da linha 9 - Esmeralda. Vagões foram esvaziados e passageiros tiveram que pular de um trem para outro”, atualizado há 18 minutos, só para colaborar e ver a preocupação. A linha 9 é uma linha da nossa região, na zona sul de São Paulo, que sai de Osasco, Barueri e vai até a estação Grajaú.

Eu sempre falo que - deputado Milton Leite conhece muito bem - os meios de comunicação, o noticiário do dia não se preocupa com pautas de transporte, porque essa das linhas 9 e 8 todos os dias têm assunto, e foi uma linha privatizada há um ano, então só ver a importância que tem.

E já fizemos reunião, audiência pública, chamamos na comissão o pessoal da CPTM, mas não conseguimos resolver. O Ministério Público agora está cuidando, e talvez o melhor seja acabar com a concessão, voltar para a CPTM que funcionava. Era ruim, mas conseguiu piorar depois da privatização.

Voltando aqui ao assunto, Dra. Regina já me visitou no gabinete, estava acompanhado do Benini, secretário do Transporte. Eu tinha uma curiosidade também, o Donato fez a pergunta, tirou a curiosidade em saber como que é uma indicação para um diretor da Artesp, e a senhora explicou.

A grande preocupação nossa - e nós falamos na outra, quando entrevistamos o indicado semana passada - é o funcionamento dos diretores da Artesp depois que aprovados. Você estava aqui semana passada, sabe muito bem das preocupações e as

reclamações do Parlamento paulista a respeito de atender desde um requerimento, uma informação da Artesp.

Não é das melhores, tanto é que o presidente Milton foi convidado para vir aqui para tratar de assuntos dessa natureza. Então, de quando chegar lá, ter essa preocupação, porque todas as vezes que levantamos um problema, uma reclamação, um pedido de requerimento, é em cima daquilo que ouvimos da população do estado de São Paulo. Então, desejar sorte assim que for aprovada e que tenha essa condução.

Queria fazer uma pergunta que se trata de um outro estado, porque aqui em São Paulo a gente trabalha muito e fica atento na questão das concessões, dos preços dos pedágios, e aqui sempre tem a mesma história, que as estradas são boas porque existem pedágios, e os pedágios aqui são muito caros.

E tem uma diferença muito grande das estradas, inclusive aqui no estado de São Paulo, federais pedagiadas e as estaduais. É só verificar o pedágio da Regis Bittencourt, da Raposo, parte federal, e a Bandeirantes, a Imigrantes, do estado,

Queria perguntar se a senhora tem conhecimento de uma nova modalidade de concessão que aconteceu há poucos dias, está acontecendo no Paraná, que são as concessões federais e estaduais juntas, governo federal e o governo do Estado fazendo em conjunto, para não ter essa discrepância.

Lá aconteceu o seguinte, e eu conheço muito bem porque eu vou muito para lá: o governador Ratinho, em 2019, não renovou as concessões de algumas rodovias do Paraná, porque não houve negociação, não quiseram reduzir os preços, e aí ele suspendeu, abriu todos os pedágios. Fazia três anos que uma parte do Paraná não cobrava mais pedágio, você passava direto. Lógico que ele faturou politicamente também em cima disso e foi bem reeleito lá.

Por quê? Porque não tinha acerto com as concessões, não diminuiu o preço do pedágio, que é aquilo que sempre cobramos aqui no estado de São Paulo, principalmente na renovação. Agora ele fez a concessão novamente, mas fez junto com o governo federal, então é uma modalidade diferente, uma novidade. Queria perguntar se a senhora tem conhecimento disso. Se não tiver, pedir para que se informe, porque teremos muito diálogo aqui, conversaremos muito sobre isso.

Talvez seja uma novidade, uma outra forma de fazer a concessão junto com o governo federal, de baratear e cuidar melhor das nossas rodovias. Não só aquelas que são chamadas de “filés mignon”, que dão lucratividade, já que nós temos muitos problemas, principalmente de estradas vicinais do estado de São Paulo, que não são essa maravilha

como as estradas pedagiadas no estado de São Paulo. A senhora tem alguma informação, prestou atenção nessa concessão, ou não tem informação nenhuma?

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Não tenho informações detalhadas, então me comprometo a aprofundar o tema, mas eu sei que houve uma delegação do Estado para que essa concessão ocorresse junto à União. O que eu gostaria de trazer aqui é que o senhor citou a questão dos pedágios, citando como exemplo a Autoban. Uma preocupação que é do governo e da Artesp, que é função inclusive da Artesp, é o respeito aos contratos e ao equilíbrio econômico-financeiro.

Então nós temos aqui no estado concessões que são mais antigas, justamente a Autoban, que foram firmadas em um período econômico muito específico. Mas as novas concessões, inclusive acho que eu poderia citar aqui a assinatura do contrato do lote noroeste, que foi agora recente, já tem ensejado uma redução tarifária, tendo 9% de redução onde era o trecho do antigo triângulo.

Então existe a diretriz - inclusive pelo novo governo, que regulamentou o PPI do estado de São Paulo - de modicidade tarifária, uma diretriz legal, modicidade tarifária. Agora isso, claro, tem que ser uma tarifa que faça jus aos investimentos necessários em segurança, no conforto do usuário.

De qualquer forma, deputado, fica aqui meu compromisso em aprofundar a questão, verificar e tirar eventuais dúvidas com relação especificamente a como foi a estruturação no Paraná e o que poderia eventualmente ser avaliado aqui nos estudos que vão ser feitos no âmbito do estado de São Paulo.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Pois não.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Gostaria de perguntar, também, à Dra. Regina, e se fez uma discussão muito grande aqui e no governo Doria, que foi a prorrogação das concessões, e você colocou que teve uma redução em algum da Autoban, por exemplo, de nove por cento.

A senhora concorda que uma renovação deveria diminuir bastante o preço do pedágio, porque os investimentos foram feitos antes? A rodovia está pronta, então não tem sentido, não há nada que justifique uma renovação, uma prorrogação de uma

concessão sem redução de custos do pedágio para o usuário, porque está feito. No início tem todo um investimento... Se bem que muitas vezes o estado constrói e depois faz a concessão para a administração, mas não tem justificativa você fazer uma renovação sem ter uma redução considerável de pedágio, não é?

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Acho que são duas questões aqui: uma é uma renovação, então fazer uma nova licitação, e acho que o exemplo mais claro que tivemos agora foi o lote noroeste, que de fato ensejou redução tarifária. Mas a questão das prorrogações, extensão do prazo de uma concessão, é normalmente para fazer frente a um reequilíbrio econômico-financeiro.

Então você tem ali possivelmente a inclusão de investimentos, novos investimentos que não eram previstos, por exemplo, e aí uma das formas de reequilibrar a equação econômico-financeira é, ao invés de aumentar a tarifa do usuário naquele contrato, você estender o prazo.

Eu acho que é isso, a tarifa tem que fazer frente a uma estrutura financeira que considera também todos os investimentos previstos, então se realmente não há muitos investimentos a serem feitos, talvez ali a equação econômico-financeira - é o apoio técnico que dará isso - possa resultar em uma tarifa mais reduzida.

Claro, tem também a concorrência na própria licitação, que visa a capturar as eficiências de mercado, então pode ser que ali no leilão ocorra realmente uma redução de tarifa se for uma modalidade que prevê essa possibilidade. Obrigada, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, obrigado, deputado Enio Tatto. Seguindo a ordem de inscrição, com a palavra agora, deputado Atila Jacomussi.

**O SR. ATILA JACOMUSSI - SOLIDARIEDADE** - Sr. Presidente Ricardo Madalena, os demais deputados, quero cumprimentar todos os pares e também a deputada Dani Alonso, que esteve conosco aqui.

Eu queria fazer uma pergunta específica à Dra. Regina Costa Rillo, que está sendo sabatinada, que eu tive o prazer de conhecer, esteve no nosso gabinete, entregando seu currículo, fazendo sua explanação, e desejar futuramente uma boa-sorte nas funções que irá executar.

Eu ouvi todas as perguntas relevantes dos demais deputados, para mim foi muito importante, e uma das nossas preocupações é a implantação do futuro “free flow” no nosso estado.

Como a senhora acabou de informar, alguns pontos são de execução de demais diretorias, diretorias técnicas, mas da diretoria que a senhora irá estar exercendo a função, qual seria o principal ponto dentro do contrato do “free flow” que possa garantir a boa execução e também a garantia dos direitos do usuário?

Até porque, é uma diretoria muito técnica, na qual a senhora vai executar muito a parte jurídica. Quando você tem uma concessão, a primeira parte dentro dela é a parte jurídica, é ali que vão ser escritos os direitos, obrigações e principalmente sempre prezando pelo direito do usuário. Quais seriam os principais pontos que a senhora deve estar estabelecendo dentro de uma futura instalação do “free flow” no estado de São Paulo e nas suas rodovias?

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Pois não, deputado. Com relação à questão, acredito que a atuação da DAI será fortemente na elaboração dos TAMs, os Termos Aditivos Modificativos, pensando nas concessões que são mais antigas que eventualmente não tenham a previsão da implantação do sistema do “free flow”, então a DAI dá todo esse apoio técnico às demais diretorias para formalização dos aditivos, visando justamente à inclusão desse sistema nas concessões que já não o prevejam.

Além disso, a DAI também tem como função atuar em pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, então na eventualidade de ser necessária a inclusão do investimento desse sistema em uma concessão que não o tenha, a DAI vai avaliar se há um reequilíbrio ou não a ser feito, não numericamente, mas em termos de previsão contratual. Acho que são essas duas frentes que a diretoria vai contribuir com a implementação desse sistema nas rodovias.

**O SR. ATILA JACOMUSSI - SOLIDARIEDADE** - Está bom.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Obrigado, deputado Atila Jacomussi. Mais algum deputado que queira fazer uso da palavra? (Vozes sobrepostas.)

**O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO** - O senhor me permite mais uma questão?

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Sim, com certeza, deputado Milton Leite Filho.

**O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO** - Uma pergunta aqui, aproveitando que o deputado Donato perguntou, não sei se eu entendi direito. Seja bem-vinda à Assembleia, desejo sucesso caso seja nomeada efetivamente. A senhora falou que não possui nenhum vínculo com as concessionárias regidas sob tutela da Artesp, se eu bem entendi. E que não seja sob a Artesp, a senhora tem algum vínculo com alguma outra concessionária?

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Eu não tenho nenhum vínculo de proximidade com concessionárias, eu só reforcei a questão da Artesp porque eu atuei, de fato, mais recentemente, com concessionárias, por exemplo, de saneamento, assessoriei em licitações, mas nada que tenha gerado uma proximidade que de qualquer forma possa prejudicar a impessoalidade. Foram consultorias técnicas, pontuais, então não tem qualquer prejuízo à impessoalidade que a lei exige na atuação da agência.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Com a palavra, deputado Donato.

**O SR. DONATO - PT** - Uma última questão que me fugiu no momento em que eu podia fazê-la, a senhora participou do processo de estruturação de concessões. A taxa interna de retorno médio, qual é a que tem sido utilizada nessas concessões? Sei que isso pode variar, mas na média. A TIR.

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Não, seria um pouco um chute, deputado, mas acredito que esteja ali em torno de 8%, 9%, mas realmente essa parte do estudo ficava com a equipe econômico-financeira que fazia toda a planilha econômico-financeira das concessões. Eu acredito que seja nessa faixa, mas precisaria, realmente, olhar. Não sei se há alguma variação em relação a setor, precisaria olhar com mais cuidado para dar uma informação mais precisa com relação a isso.

**O SR. DONATO - PT** - Eu faço essa pergunta porque, na arguição passada, surgiu um elemento aqui que eu fiquei surpreso. A Artesp analisa os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro por parte das concessionárias.

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Sim.

**O SR. DONATO - PT** - Evidente que ela pode analisar também por parte do Executivo.

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Sim.

**O SR. DONATO - PT** - Ainda que não seja a praxe, que é sempre a concessionária pedir reequilíbrio. A Ecovias tem uma TIR de 22% e um pedágio de R\$33,00. Não é o caso de ser pedido um reequilíbrio econômico-financeiro em função de uma TIR completamente fora dos parâmetros do mercado atualmente?

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Eu entendo a preocupação, a Ecovias especificamente, junto com a Autoban e a Intervias, são contratos dos mais antigos que temos aqui no estado de São Paulo de rodovias, então são contratos que foram firmados num momento econômico particular, que não é de fato o momento que a gente tem enfrentado hoje, então elas têm, realmente, uma estrutura econômico-financeira que gera uma TIR talvez diferenciada. Não tenho a informação precisa da TIR, precisaria olhar os números.

De toda forma, a mera alteração da TIR não necessariamente enseja reequilíbrio econômico-financeiro, precisa-se olhar a matriz de risco dos contratos, e isso eu digo para os dois lados. Se a TIR está acima do que era ou abaixo do que era, precisa ver a matriz de risco do contrato para ver se o evento que foi materializado está alocado a outra parte e aí sim fazer um pleito, e o pleito pode ser a favor da concessionária ou a favor do Poder Público também.

Então, acho que a única coisa para deixar clara é que a mera diferença de TIR não necessariamente enseja a revisão contratual.

**O SR. DONATO - PT** - De qualquer forma, essa análise a Artesp só fará se provocada ou ela pode fazer de forma autônoma, por iniciativa própria?

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - A Artesp tem como função averiguar e garantir o cumprimento dos contratos, então a Artesp pode, de forma própria, fiscalizar se o contrato está sendo de fato cumprido nos termos em que estejam firmados ou não, e isso pode então ensejar a análise com relação aos aspectos econômico-financeiros da concessão.

**O SR. DONATO - PT** - Ela pode ser provocada, inclusive, por exemplo, por um deputado para que faça essa reanálise? Porque eu sei que na semana que vem ficou agendada a vinda aqui da ViaMobilidade, do Sr. Rafael Benini, do Sr. Marco Assalve. (Inaudível.) É na próxima reunião, dia 30?

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Trinta e um. Semana que vem não, em 15 dias.

**O SR. DONATO - PT** - Daqui a 15 dias. Sim, sim, é evidente que eu farei essa pergunta a ele, mas se a Artesp pode, por iniciativa própria, analisar esse contrato, eu espero que a nova diretoria, os novos diretores eleitos, possam defender o interesse público, que não está sendo defendido nesse momento com uma TIR de 22% e um pedágio de R\$33,00, a modicidade da tarifa. Porque a gente só lê a lei um pedaço, o pedaço do reequilíbrio econômico-financeiro, a modicidade da tarifa...

Vou ler a lei aqui, inclusive. “Proteger os usuários do abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros”. Essa parte parece que é esquecida, mas enfim, obrigado pelo esclarecimento.

**A SRA. REGINA COSTA RILLO** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, só complementando aqui as palavras do deputado Donato, nós tivemos no calar da noite, em 2019, um projeto de lei no qual o governo prorroga as concessões, aprovado, no calar da noite, acho que em dezembro de 2019, no qual dá o poder da prorrogação dos contratos das concessões.

Um absurdo nós vemos TIR de 20%, 22% de contrato de 1996, 98, que estão há mais de 25 anos faturando, e o Estado prorrogar.

Eu acredito que neste governo de agora, que nós tivemos a mudança depois de quase 30 anos do governo passado, nós devemos ter essas mudanças, que devem ocorrer sim, haja vista que estamos aqui hoje aprovando dois técnicos, um na semana passada, o engenheiro Santi Ferri, e hoje a Dra. Regina Costa, advogada, que tem um vasto currículo, um vasto conhecimento, assim como o engenheiro Santi.

Então eu acho que vai dar outra cara, outra visão profissional que nós estamos tendo agora, já, depois de cinco meses neste governo com essas duas indicações aqui salvo, volto a dizer, a colocação que o Donato fez, se não há conflito de interesse, salvo as prorrogações, que eu acho que têm que ser revistas. Na visita que nós recebemos dos dois que estão sendo arguidos por esta comissão junto com o secretário de Investimentos e Parcerias, ele salientou que teria que ser revista, sim, essa situação, pois já está ocorrendo prorrogação indevida, na minha opinião,

Nós temos que fazer leilão e atuar como o governo fez ainda há pouco com o trecho norte, que teve um desconto X, Y. Então nós temos que pôr sim isso para leilão, para abaixar a tarifa, ou usar meios como foram usados no Paraná, que, depois de dois, três anos, está fazendo um novo leilão e vai ter um desconto, eu acredito, em questão de TIR, se eles trabalharem com 7%, 8%.

Você pega o estado de São Paulo, todos os investimentos que teriam que ser feitos já foram feitos, hoje é manutenção e conserva, não é investimento. Investimento é pontual. Se você vai fazer um investimento no estado de São Paulo, nas rodovias, que, das 20, as 19 melhores do País estão aqui, que investimento você vai fazer? Você vai fazer um investimento pontual, mas não precisa ter uma TIR elevada como foi no passado e manter essa TIR hoje, que é 10%, 9,5%. Consegue-se, em um leilão, abaixar isso. E quem é beneficiado? A nossa população.

Então acho que esse governo tem que rever a política que foi adotada no passado e exercer, sim, não esquecer que o deputado Donato acabou de ler aqui que a função dela é trabalhar em prol da população, da fiscalização, da regulação e abaixar o quanto puder a tarifa desde que não comprometa, de forma nenhuma, a questão de segurança dos nossos usuários. Terminando aqui, mais alguma colocação para a gente dar sequência?

**O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS -**  
Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Pela ordem, deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor.

**O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS** - Sr. Presidente, nobres pares desta comissão, é um momento muito especial hoje, em que temos aqui essa douta, Dra. Regina Costa Rillo, na qual esta comissão vê sua indicação de forma muito positiva. Uma pessoa preparada, uma pessoa que com certeza, como faz a fala aqui do nosso presidente, essa agência reguladora que precisa, de verdade, regular para fazer com que o contribuinte, o consumidor de serviços públicos, tenha na ponta qualidade de serviços com preço mais acessível, é esse o sentimento.

Eu quero parabenizar o governo pela indicação de V. Exa., que está aqui hoje sob aprovação desta comissão, e dizer que o estado ganha com a vinda de V.Exa., já diante de todo estudo, de todo preparo, uma técnica que tem experiência, que sabe como fazer, e o estado de São Paulo precisa de pessoas que acompanhem de perto as necessidades do cidadão paulista, porque há muito que melhorar ainda.

Eu acho que essa agência reguladora precisa ter o sentimento de isenção e dizer que, se ela está para regular, ela precisa regular para fazer jus ao cidadão, ao contribuinte que paga seus impostos e que tem direito à contraprestação com qualidade. Este é o sentimento do novo governo Tarcísio de Freitas.

O governador tem se preocupado muito em fazer que a coisa pública, com que o direito público renda na ponta onde ele está revendo o contrato, onde ele está ajustando para que o estado avance, o estado de São Paulo, Sr. Presidente, nobres pares, que sempre foi chamado como “a locomotiva que move o País”.

Tenho certeza de que neste governo, no governo Tarcísio de Freitas, ele mudará de nome e passará a ser o “trem-bala que movimentará esse País” dada a importância do estado de São Paulo, dada a importância hoje também desta comissão, que é a Comissão de Transportes e Comunicação.

Então eu quero, na qualidade de líder do Governo, parabenizar, cumprimentar e agradecer aos pares desta comissão e parabenizar nossa Dra. Regina pela estada e que muito poderá servir ao estado de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, obrigado pela colocação.

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Questão de ordem, deputado Emídio de Souza.

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT** - Era só para um complemento, e, cumprimentando V. Exa. por essa fala em torno da questão da necessidade de licitar os contratos que vencem. Não há obra extraordinária capaz de, vamos dizer, ser mais valiosa ou vantajosa para o erário público ou para a população do que licitar, não prorrogar.

Prorrogar é um acerto com uma única empresa. Quando você coloca as mesmas obras necessárias, ampliação, duplicação e construção de obras de arte ou qualquer outra necessidade, é sempre melhor ver qual é a melhor oferta que tem no mercado. Agora tem um problema, nós temos daqui para frente e daqui para trás.

Recentemente virou uma moda esse negócio: primeiro os contratos foram vencendo ali por volta de 2017, 2018, e foram prorrogando por poucos anos, dois anos, três anos, agora estão virando prorrogações de 20 anos. Um contrato que dura 20 prorroga por mais 20, por mais 25. Então o que eu acho que cabe nessa comissão aqui - e, Dra. Regina, também à Artesp - é o que fazer com essas prorrogações que foram feitas no ano passado, nos últimos anos.

É possível retomar para que tenha uma solução mais vantajosa e legal? Porque essa solução fere a legalidade. No Poder Público a norma é licitar, não é prorrogar. Quem fornece qualquer mercadoria ou qualquer serviço para o Poder Público, ao terminar o contrato, a regra é licitar de novo. Então eu penso que isso deve ser olhado daqui para a frente, mas também daqui para trás o que foi feito.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, deputado Emídio de Souza. Nós vamos ter muito trabalho nesta comissão, e eu espero contar com o apoio de todos os pares, porque nós tivemos as concessões há 25 anos, aproximadamente, sem uma planilha de cálculo, sem composição de tarifa por quilômetro-base.

Nós não tivemos um memorial de cálculo e composição de tarifa de planilha, simplesmente: “Ah, vamos pôr um preço X? Vamos. Ah, que legal, esse preço é condizente? Era um preço que era praticável pela Dersa, vamos adotar ele”. Mas cadê a planilha de cálculo? Cadê as obras que seriam executadas, os investimentos?

Isso não foi feito, infelizmente, e agora se renova algo que não foi baseado em nada. Olha o absurdo da renovação da Imigrantes, que prorrogou até 2036. Qual é o valor do pedágio da Imigrantes? A última vez que eu passei acho que paguei 28 ou 29...

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT -** Trinta e três.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Trinta e três.

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT -** Presidente, faz tempo que o senhor não vai na praia.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Só trabalho. Mas, pessoal, eu acho que nós temos muito serviço, muita tarefa a cumprir aqui, tenho plena convicção disso. E com essa roupagem nova na Artesp, eu acho que nós vamos encontrar respaldo naquilo que tange no sentido que seja o melhor para nós, população, e que realmente a Artesp exerça a sua função, que é trazer benefício para nós, população, com a segurança que requer.

Quero cumprimentar aqui o governador de São Paulo, Tarcísio, pelas qualificações desses dois currículos que aqui estão sendo apreciados.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Pela ordem, deputado Oseias de Madureira.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD -** Eu queria só parabenizá-lo, junto aos pares desta comissão, e também parabenizar a Dra. Regina. Tenho certeza de que, aprovada na gestão da sua função, fará um bom trabalho junto ao nosso governo e sem dúvida atenta àquilo que os nossos pares têm colocado na expectativa de um trabalho de excelência e, acima de tudo, que traga bons resultados a todo nosso estado. Parabéns, presidente, parabéns também à Dra. Regina.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Obrigado, deputado Oseias de Madureira. Dando sequência agora aos trabalhos, antes de nós encerrarmos,

convoco uma reunião extraordinária da CTC para acontecer daqui dois minutos com a finalidade de apreciar os Projetos dos decretos legislativos nº 5 e nº 7, ambos de 2023, que aprovam a indicação de membros para o conselho diretor da Agência Reguladora de Serviços Delegados, Artesp.

Nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a presente reunião e aguardem onde estão para voltarmos, está bom? Obrigado, Dra. Regina, por estar aqui conosco e peço que retornem a seus assentos para que possamos apreciar o voto dos dois relatores do engenheiro Santi e da Dra. Regina.

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*

\* \* \*